CLAUDIA MARIA VIEIRA

TRÂNSITO E A VIDA

TAPURAH

2013

RESUMO

 No mundo moderno necessitamos nos locomover cada vez mais rapidamente e entre distâncias maiores e com isso estamos esquecendo um fator primordial: a segurança no trânsito.  Será que as pessoas se dão conta realmente da importância do trânsito na vida delas? Achamos que não, se entendessem o quanto é importante não cometeriam tantas imprudências de colocar sua vida em risco e ceifar a vidas de outras.

 Tendo em vista que a nossa escola é distante da cidade e que os alunos necessitam de transporte para estudar, propomos com este projeto conscientizar e esclarecer alguns pontos com a nova lei de trânsito. Este projeto deverá articular em torno das situações vividas com a nossa realidade, visando orientar os alunos e a comunidade, mostrando o quanto é importante respeitar e conhecer as leis de trânsito, e que pequenas atitudes podem causar grandes danos.

 Esperamos obter sucesso com nosso projeto conscientizando nossos alunos e também a comunidade.

INTRODUÇÃO

O sistema de trânsito, embora a maioria não atente para o problema, ocupa um papel de destaque, sob o aspecto econômico e social, na medida em que envolvem no dia a dia praticamente todos os cidadãos, no exercício de ir e vir, de se locomoverem em busca da satisfação de suas necessidades e em busca do bem estar da comunidade onde vivem. Portanto, segurança no trânsito é um problema atual, sério e mundial, não apenas de nossa cidade, mas absolutamente urgente. O trânsito em condições seguras é um direito de todos e um dever dos órgãos de trânsito e entidades do Sistema Nacional de Trânsito aos quais cabe adotar as medidas necessárias para assegurar esse direito. Esta é a Política Nacional de Trânsito implantada com o advento do Código de Trânsito Brasileiro – CTB.

Para programar esses objetivos e buscando assegurar à sociedade seu direito quanto a mobilidade, a qualidade de vida e a cidadania instituiu em seu Art. 5º.  o Sistema Nacional de Trânsito com a finalidade de promover a integração entre a União, os Estados e o Distrito Federal, e, em especial, os municípios. Concedeu, assim, aos administradores municipais de visão e voltados aos interesses dos munícipes, o direito de participar diretamente na organização do trânsito em seus municípios e buscar a melhor qualidade de vida e o bem estar social de sua comunidade, tomando, assim, nova dimensão. O trânsito deixa de estar associado à idéia de fluidez, de ser relacionado apenas com os motoristas e de ser problema apenas de grandes centros, para incorporar as modernas doutrinas de mobilidade social peculiares ao seu município e aos seus munícipes, como as crianças, os portadores de necessidades especiais e aos idosos.

Nossa cidade, sempre à testa dos acontecimentos e da modernidade, passa agora a integrar, definitivamente, o Sistema Nacional de Trânsito, ao município caberá, desta forma todas as atribuições previstas no Art. 24 do CTB, em especial administrar as vias públicas urbanas e municipais quanto ao planejamento e regulamentação, sinalização, fiscalização e operação do trânsito na área urbana e demais áreas do município. Nossa cidade contará agora com maiores condições de atender de forma direta as necessidades da população, proporcionando a todas as pessoas um trânsito cidadão e uma melhor qualidade de vida.

**Educar para o Trânsito**

Educar para o Trânsito possibilita intervir nessa situação, procurando desenvolver ações geradoras de melhor qualidade de vida e mais segurança, com atitudes cooperativas no trânsito.

Um ambiente educacional deve propiciar a confrontação de pontos de vista divergentes, de concepções diferentes a respeito de uma mesma situação ou tarefa.

Segundo PIAGET, assim é possível produzir conflitos sócio-cognitivos, mobilizando e forçando reestruturações intelectuais e, com isso, o progresso intelectual e emocional, pois a confrontação de idéias não significa uma competição, mas a exposição de pontos de vista divergentes - multidiversidade.

Quando o ambiente educacional é do tipo cooperativo, o nível de rendimento e a rodutividade dos alunos são melhores, os alunos trabalham em grupo, são levados a refletir sobre o pensamento dos outros, respeitando-se, ajudando-se e trocando informações.

É muito difícil educar crianças numa sociedade competitiva. Devemos chamar a atenção para o fato de que se vive num mundo de competição, mas capacitar para fazer uma coisa mais difícil do que competir: solidarizar.

Desta forma, as estratégias e os materiais da Educação para o Trânsito são elaborados para a utilização em grupo, pois, nos trabalhos em equipe, cada indivíduo tem uma parcela de autoridade e condições para a formação do mecanismo social de respeito mútuo, de troca de informações e pontos de vista, que é à base da cooperação.

Ao favorecer as relações sociais, o aluno terá a oportunidade de perceber que sua qualidade de vida depende da sua atitude no trânsito.

Com o tema trânsito, há múltiplas possibilidades para o professor exemplificar o valor de uma relação cooperativa. Ele deverá, porém, sempre estender esta relação para todas as áreas.

Na nossa sociedade, existe um senso comum de que a competição é necessária para estimular o progresso. No entanto, quando estendida ao trânsito, ela gera conflito e desrespeito. Assim, a Educação deve desenvolver atitudes cooperativas e fazer com que esses conceitos sejam aplicados ao viver social, remetendo a uma nova visão das questões complexas do comportamento do homem no trânsito.

Para tanto, o grupo deve ser aberto, flexível, construído sobre a motivação e os interesses de seus integrantes. O processo de construção coletiva de conhecimentos se dá de forma dinâmica. O educador pode dar o exemplo, praticando um conhecimento não competitivo e, nas relações, dando o exemplo, sendo solidário e respeitando as diferenças.

A visão ideal deve ter como princípio que tudo e todos interagem e complementam-se, visando um funcionamento equânime. As relações sociais dependem desta organização flexível e dinâmica.

A educação pode desempenhar uma tarefa importante neste processo: o papel atualmente atribuído à escola é o de formar cidadãos capazes intelectualmente, com habilidades profissionais específicas, treinados a conviver com o mundo, a adaptar-se e a atuar segundo regras vigentes.

O ensino tomou o lugar da educação, visto que essa é intrinsecamente integradora e ampla.

**“A educação é o instrumento capaz de formar cidadãos mais conscientes e preparados para enfrentar a vida e o trânsito.”**

Educar para o trânsito não se limita apenas a ensinar regras de circulação, mas também deve contribuir para formar cidadãos responsáveis, autônomos e comprometidos com a preservação da vida. Diante do quadro de violência que vem se apresentando no trânsito e também em outras esferas sociais, torna-se necessário o envolvimento de toda a sociedade nessa tarefa de educar, na qual a família e a escola são a base formadora e não podem se eximir de tal responsabilidade.

Posto que a educação seja um instrumento primordial para minimizar as estatísticas negativas em relação à incidência de pessoas lesionada

s ou mortas diariamente nas grandes cidades, a abordagem sobre o Trânsito necessita ser amplamente difundida nas escolas.

De acordo com os dados da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2008), um milhão de crianças entre Zero e 14 anos morrem em decorrência de acidentes todos os anos ao redor do mundo e cerca de cinqüenta milhões ficam com seqüelas permanentes. No Brasil, os acidentes no trânsito representam a principal causa de morte de crianças entre crianças de 0 a 14 anos. Segundo o Ministério da Saúde, cerca de 6 mil crianças até 14 anos

morrem e 140 mil são hospitalizadas anualmente no país, representando 63 milhões gastos na rede do Sistema Único de Saúde (SUS).

As estatísticas mencionadas demonstram a urgência da adoção de medidas,

sobretudo educacionais, com o intuito de reverter essa situação, pois a inclusão do trânsito como tema transversal às áreas curriculares torna-se imprescindível, visto que o trabalho permanente na escola possibilitará mudanças de atitudes que contribuirão para garantir a segurança das crianças no espaço público.

A implantação do Projeto “Educação para o Trânsito na Escola “surgiu da necessidade em trabalhar a Educação para o Trânsito, em virtude dos incidentes ocorridos dentro e fora da escola pertinente ao ato de ir, vir e estar. As crianças apresentavam imprudência na circulação entre os corredores e falta de socialização em sala de aula. Paralelamente a essa problemática, detectamos a dificuldade de aprendizagem dos alunos na leitura, expressão oral e escrita.

Decidimos, então, trabalhar a prática da leitura, escrita e oralidade em consonância com a questão do transitar dentro e fora da escola. Segundo levantamento realizado em sala de aula cerca de 7 0% dos alunos caminha sozinho de casa até a escola; 10% recebem acompanhamento dos pais até a instituição de ensino, outros 15 %utilizam transporte coletivo e apenas 5% dos alunos têm acesso à escola através de condução própria. Tal fato reflete a importância de se trabalhar a educação para o trânsito no âmbito escolar

, pois a temática faz parte do contexto social do educando.

A instituição educativa, como agente de transformação social, tem o dever de mobilizar-se para resolver situações que interfiram em seu cotidiano, uma vez que somente buscando culpados para os problemas não iremos modificar o contexto.

Devemos, portanto, intervir na realidade e transformá-la, visando o bem da coletividade.

O projeto detectou, ainda, a necessidade dos alunos em resgatar a auto-

estima, visto que as atitudes de comodismo, apatia e indiferença demonstradas no contexto escolar clamavam por ações emergência voltadas para a afetividade, resgate de valores e desenvolvimento de competências e habilidades em sala de aula.

As atitudes de violência no ato de transitar, muitas vezes, foram utilizadas para despertar a atenção do educador quanto aos problemas emocionais do aluno. Cabe ao professor compreender o rico e complexo universo da sala de aula e romper com as amarras de um ensino centralizador, tendo a coragem de enfrentar as resistências para construir um ambiente onde a prática pedagógica ocorra de maneira acolhedora, autônoma, participativa, inovadora, reflexiva e crítica.

Acreditamos que um dos aspectos mais importantes para a conquista da paz e da segurança no trânsito é que os agentes envolvidos saibam conviver consigo e com o próximo. Neste sentido, o projeto enfoca amplamente a conquista de valores referentes às relações humanas, já que não é viável apenas exibir dados de acidentes e mortes no trânsito, mas elaborar ações de prevenção aos acidentes envolvendo motoristas, motociclistas, ciclistas, passageiros e pedestres.

**FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

A prática pedagógica necessita de suporte teórico para legitimar a construção o Conhecimento. Nesse sentido, a experiência pedagógica “Educação para o Trânsito na Escola-Uma Questão de Direitos Humanos” referente ao trânsito utiliza informações contidas nos Parâmetros Curriculares Nacionais relacionados à questão da Ética, nas Diretrizes Nacionais de Educação para o Trânsito, Suplementos Informativos do Departamento Estadual de Trânsito / DETRAN.

No contexto pedagógico, utilizamos as ideias progressistas de Paulo Freire, a proposta de leitura defendida por Ezequiel Teodoro da Silva; os estudos de Emília Ferreiro sobre a expressão escrita; os pressupostos epistemológicos do psicopedagogo Celso Antunes e o desenvolvimento de competências de acordo com o sociólogo Philippe Perrenoud, além de outros pensadores.

Educar para o trânsito é primordial para a sociedade atual, que vive um quadro brutal representado por variadas formas de agressões ao homem em

seu cotidiano.

 A escola necessita acompanhar as mudanças sociais preparando o educando para saber transitar no espaço público, além de refletir sobre a questão da ética, ou seja, repensar sobre as diversas faces de conduta do ser relacionadas ao ato de transitar. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais P.C.N.‟s(2001), trabalhar com o tema ética diz respeito às relações humanas presentes no interior e exterior da escola, posto que esta

não é uma ilha isolada , ela ocupa um lugar importante nas diversas comunidades envolvendo as famílias dos alunos. A escola precisa estabelecer uma relação entre ética e trânsito estimulando, dessa maneira, a reflexão do aluno sobre sua conduta e a dos outros, a partir de valores e princípios que norteiam o cotidiano, tais como: respeito, diálogo, solidariedade e justiça.

O projeto valoriza e desenvolve em suas ações os temas transversais, pois se refere à s questões que interferem na vida dos alunos. São apresentados como temas transversais: Ética, Saúde, Meio Ambiente, Orientação Sexual e Pluralidade Cultural. O Trânsito pode ser inserido de maneira transversal em todas as disciplinas, pois se trata de um tema inerente à realidade das pessoas. Acreditamos que a transversalidade transpassa as disciplinas, tendo como principais objetivos potencializar valores, fomentar comportamentos e desenvolver posturas e atitudes frente à realidade social favorecendo, dessa maneira, a construção da cidadania do educando.

GULLO (2000) defende as ações educativas que promovam a formação de atitudes contribuindo, assim, para um trânsito mais humano e para a melhor

ia da qualidade de vida. Entretanto, a visão fragmentada de homem e de mundo tem influenciado a ação dos educadores que formulam seus objetivos sem ouvir a criança e o adolescente, sem compreender sua vivência e sua percepção sobre a realidade do trânsito. A Educação de Trânsito é concebida apenas como o ensino de regras e o treinamento de habilidades como únicas formas de atingir o objetivo de reduzir o envolvimento em acidentes.

As Diretrizes Nacionais de Educação Para o Trânsito (2009) valorizam o desenvolvimento da temática no contexto transversal colaborando, dessa maneira, na formação integral do aluno. Para tanto, estabeleceram como referencial epistemológico os seguintes aspectos a serem trabalhados:

convívio social, locomoção, comunicação e segurança do motorista, motociclista, pedestre, passageiro e ciclista.

O convívio social é importante, pois no trânsito nenhuma atitude pode ser concebida sob o ponto de vista individual, visto que as pessoas se locomovem num espaço que pertence à coletividade.

Vasconcelos (2001) afirma que no espaço público existe um relacionamento interpessoal onde podem ser criadas situações harmoniosas ou conflitantes, caracterizadas pela disputa de espaço ou interesse pessoal revelando, dessa maneira, a postura no ato de transitar. A escola deve trabalhar com os educando princípios básicos de convivência, assim como

valores primordiais nas relações interpessoais, tais como: tolerância, solicitude, fraternidade, compreensão, paciência, educação e respeito.

O tema comunicação no trânsito é desenvolvido com base na análise e na

compreensão das mensagens transmitidas através da linguagem visual, sonora e gestual.

Compreender, neste caso, não significa repetir ou memorizar, mas descobrir verdadeiramente o sentido das mensagens e sua importância na segurança do transeunte nas ruas. No tocante à locomoção no trânsito, as diretrizes defendem a promoção de situações que levem o educando à observação, à exploração,à análise, ao debate e à produção do conhecimento sobre os lugares onde os alunos vivem, assim como, conhecer os instrumentos de locomoção que favorecem o acesso a esses lugares.

Quanto à Segurança no Trânsito, de acordo com o inciso 2° do Artigo 1° do

Código de Trânsito Brasileiro (2001) “O Trânsito em condições seguras é um direito de todos e dever dos órgãos componentes do Sistema Nacional de Trânsito, adotar medidas e assegurar este direito”.

Cabe à escola difundir as principais atitudes a serem adotadas pelos alunos enquanto pedestres e ciclistas, assim como, repassar informações aos pais

e aos comunitários enquanto atores que exercem o papel de pedestres,motoristas, ciclistas, passageiros e motociclistas.

A Educação de Trânsito é concebida, muitas vezes, apenas como o ensino de regras e o treinamento de habilidades como únicas formas de atingir o objetivo de reduzir o envolvimento em acidentes.

A proposta da experiência pedagógica “Educação Para o Trânsito na Escola

Uma Questão de Direitos Humanos” discorda dessa concepção, pois investe em ações educativas permanentes que transcendam a aprendizagem de regras, normas ou leis, mas que busquem a adoção de atitudes e valores primordiais no convívio social colaborando, dessa maneira, na construção da cidadania do educando e no respeito aos direitos humanos.

A cartilha “Caminho para a Escola” (1988) advoga que desenvolver a cidadania e a responsabilidade dos alunos na infância e na adolescência é fundamental para a preparação de adultos educados, críticos, participativos e cientes de seus direitos e deveres no espaço público. Educar para o trânsito significa estimular a comunidade educativa a desenvolver hábitos e comportamentos seguros, transformando o conhecimento em ação. Para tanto, a escola não pode ser apenas uma mera reprodutora de conhecimentos desvinculados das reais necessidades da criança, deve cumprir o seu papel como agente social, preparando o aluno para conviver com a realidade.

De acordo com Vasconcelos (2001), o trânsito é o “mundo da rua” por excelência, ou seja, é o universo da convivência entre estranhos -um

espaço público compartilhado por gente que não se conhece pessoalmente, que tem seus próprios objetivos e que depende das ações e reações dos demais para alcançá-los. Portanto, cabe a todos nós assumirmos o papel de colaboradores na busca de um trânsito seguro, pacífico e solidário

tendo como base a educação voltada para o resgate da cidadania e a valorização da vida. A experiência pedagógica buscou através das ações educativas referentes ao trânsito trabalhar também as dificuldades de aprendizagem em sala de aula de acordo com a faixa etária dos alunos

, visando à leitura, escrita e oralidade. Porto (2009) afirma que o ato de ler envolve práticas e experiências humanas nas quais devem ser considerados diversos fatores, como a idade do leitor, seu grau intelectual, seus gostos,

além disso considerar o grau de necessidade do aluno atrelado a sua realidade. Nesse sentido, buscamos desenvolver a leitura de cartazes e diferentes abordagens textuais acontecendo de maneira individual e compartilhada, configurando-se como uma prática ativa, crítica e transformadora.

CONCLUSÃO

Educar para o Trânsito possibilita intervir nessa situação, procurando desenvolver ações geradoras de melhor qualidade de vida e mais segurança, com atitudes cooperativas no trânsito.

Um ambiente educacional deve propiciar a confrontação de pontos de vista divergentes, de concepções diferentes a respeito de uma mesma situação ou tarefa.

Educar para o trânsito não se limita apenas a ensinar regras de circulação, mas também deve contribuir para formar cidadãos responsáveis, autônomos e comprometidos com a preservação da vida. Diante do quadro de violência que vem se apresentando no trânsito e também em outras esferas sociais, torna-se necessário o envolvimento de toda a sociedade nessa tarefa de educar, na qual a família e a escola são a base formadora e não podem se eximir de tal responsabilidade.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

RODRIGUES, Juciara (Coord.). Rumo à Escola: livro do Professor. Brasília: Ministério da Justiça/DENATRAN, UNESCO, 2002.

ANTUNES, Ir André. Aula de Português: Encontros e Interação. São Paulo: Parábola, 2003. BRASIL. Código Nacional de Trânsito. Código de Trânsito Brasileiro: instituído pela Lei nº 9.503, de 23-9-97. Com as alterações na Lei nº 9.792, de 22-01-1998 e 9.792, de 14-04-1999 - Brasília: DENATRAN, 2001.

A Caminho para a Escola. Cartilha educativa destinada a alunos de 1ª a 4ª série. Brasília. Ministério da Educação, 1988.

CAGLIARI, L. C. Alfabetização & Linguiística 10. Ed. São Paulo: Contexto, 2003.

FREIRE, Paulo. A Importância do Ato de Ler: em três artigos que se complementam. São Paulo: Cortez, 1982.

FOUCAMBERT, Jean. A Criança, o professor e a leitura. Porto Alegre: Artmed, 1998.

GULLO, A.S. “Violência urbana: violência na perspectiva da antropologia social”. Revista da Associação Brasileira de Acidentes e Medicina de Tráfego

. São Paulo, 2000